

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Centro de Recuperação e Integração de Abrantes (CRIA) é uma Associação de Solidariedade Social, que, ao longo dos seus 41 anos de existência, tem procurado acolher, formar e apoiar a integração social de crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e em risco de exclusão social.

Presentemente, o CRIA presta apoio a 370 crianças, jovens e adultos com/ou em risco de perturbação de neurodesenvolvimento, deficiências e/ou incapacidade, através de respostas sociais, no seu Centro de Atividades Ocupacionais, Centro de Recursos para a Inclusão Educacional, Centro de Reabilitação Profissional, Intervenção Precoce e Lar Residencial. Para fazer face às necessidades, trabalham no CRIA diariamente cerca de 100 trabalhadores em permanência, com formação especializada, o que tem permitido a realização de um trabalho diferenciador e reconhecido na comunidade.

Contudo, nos últimos dois anos, o CRIA começou a enfrentar dificuldades financeiras, acumulando dívidas a instituições bancárias, a trabalhadores e a fornecedores.

Como bem sabe, a instituição encontra-se numa situação limite, em asfíxia financeira, que, em último caso, pode até culminar no seu encerramento. Estruturalmente apresentam-se problemas ao nível dos atrasos e demoras ao nível do reembolso dos projetos POISE bem como ao nível do requerimento efetuado há mais de 1 ano, para o Fundo de Socorro Social.

No final de 2018, os Deputados subscritores desta Pergunta Parlamentar submeterem ao Governo um conjunto de perguntas relacionadas com este assunto que não obtiveram qualquer resposta, violando claramente as obrigações regimentais que estabelecem o direito de escrutínio do Parlamento sobre o Governo e as obrigações que este tem de prestar todas as informações solicitadas pela Assembleia da República.

Após uma nova visita efetuada às instalações do CRIA, em Abrantes, na passada semana, onde tiveram lugar reuniões quer com o Presidente da Direcção Nelson Carvalho quer com um conjunto de trabalhadores, foram reiteradas as preocupações manifestadas na Pergunta Parlamentar anterior e que aguarda resposta, mas foi também mencionado que parte dos pagamentos em atraso – relativos ao POISE - tinham sido já parcialmente resolvidos. Pelo que nos foi relatado, a situação está melhor mas continua a pairar uma nuvem negra sobre a instituição que importa rapidamente fazer desaparecer.

Por outro lado, mantem-se as expectativas sobre a anunciada intervenção da Segurança Social na gestão do CRIA, tal como anunciado pela ex Presidente de Câmara Municipal de Abrantes, Maria do Céu Albuquerque em sessão de Câmara no final de 2018, que até agora está por concretizar e que tem criado grande incerteza.

Reiteramos um sentimento de algum abandono revelado pelos colaboradores relativamente às instituições públicas no apoio e na colaboração para a resolução dos problemas estruturais existentes já que, em resultado de uma ação de fiscalização da Inspeção da Segurança Social, foram identificadas irregularidades, sem, contudo, parecer existir o respetivo acompanhamento para as ultrapassar.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm solicitar ao **Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**, através de V. Exa., o seguinte:

1 – Qual o ponto de situação da ativação do Fundo de Socorro Social solicitado pelo CRIA ?

2 – Vai o Governo reforçar os meios da entidade gestora do POISE de forma a garantir maior celeridade no tratamento e análise de processos e assim assegurar maior rapidez nos pagamentos mantendo a eficácia do controlo?

3 – Pretende o Governo proceder a uma intervenção tutelar ao abrigo do artigo 35 do Dec-Lei n172-A/2014 assumindo assim a gestão direta desta instituição? Em que fase se encontra este processo.

4 – Está o Governo disponível para apoiar esta instituição a ultrapassar as dificuldades estruturais existentes encontrando instrumentos mais justos e equilibrados de financiamento das atividades exigidas e ali existentes?

Palácio de São Bento, 22 de abril de 2019

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

TERESA LEAL COELHO(PSD)

NUNO SERRA(PSD)